

ABORDAGENS TEÓRICO-METODOLÓGICAS NO ESTUDO DA CULTURA MATERIAL: PRINCIPAIS ESCOLAS.

Roberto da Silva Ribeiro¹

RESUMO

O propósito deste trabalho é fornecer uma análise abrangente das principais abordagens teórico-metodológicas na arqueologia. Será realizada uma abordagem sequencial das escolas, apresentando de maneira resumida seus pressupostos teóricos fundamentais no estudo da cultura material ao longo do tempo. A intenção é oferecer uma visão cronológica que destaque as evoluções nas perspectivas teóricas e metodológicas, proporcionando uma compreensão concisa, porém abrangente, das diversas correntes que moldaram o campo da arqueologia, principalmente as que mais influíram na arqueologia brasileira.

Palavras chave: arqueologia; cultura material; teoria arqueológica

Abstract

The objective of this work is to offer a comprehensive analysis of the primary theoretical-methodological approaches in archaeology. A sequential examination of schools will be conducted, briefly outlining their fundamental theoretical assumptions concerning the study of material culture across different periods. The aim is to present a chronological overview that emphasizes advancements in theoretical and methodological perspectives, providing a succinct yet thorough understanding of the diverse currents that have shaped the field of archaeology. Special attention will be given to those approaches that have exerted the most significant influence on Brazilian archaeology.

Key words: archeology; material culture; archaeological theory

1 Universidade Estadual da Paraíba - Robertoribeiro2@gmail.com



Há e houve várias tendências teóricas em Arqueologia. A primeira é a aproximação historiográfica tradicional (Arqueologia tradicional ou positivista). Para esta tendência, a Arqueologia é uma “ciência auxiliar da História” e visaria preencher as lacunas deixadas pelos textos escritos, postura também chamada de “ilustrar a História”. A Arqueologia processual (Processualismo, Nova Arqueologia, neopositivismo, Arqueologia funcionalista, Teoria de Sistemas) foi a primeira linha teórica a procurar um objeto próprio para a Arqueologia separado do objeto da História. O Processualismo, fortemente influenciado pelo estruturalismo funcionalista, procurou aproximar-se da Antropologia. Dentro do Processualismo houve aproximações materialistas que procuraram aproximar-se do Marxismo e do seu “materialismo histórico” e se afastar do funcionalismo da Nova Arqueologia, diferindo das interpretações, mas não dos métodos daquela. Finalmente, o pós-processualismo é um conjunto de abordagens que não chegam a formar uma teoria única, porém se identificam pelo objetivo de ampliar a preocupação da Arqueologia para que ela abranja novos campos antes desprezados pelo processualismo.

ARQUEOLOGIA PRÉ-CIENTÍFICA

Todos os grupos humanos parecem ter alguma curiosidade quanto a seu passado. Artefatos oriundos de um passado desconhecido foram coletados por sociedades tribais. Pontas de projéteis, cachimbos de pedra e ferramentas de cobre nativo, feitas milhares de anos antes, são encontradas em sítios iroqueses do século XV e XVI como eram coletados por camponeses da Idade Média europeia. Em muitos casos eram atribuídas origens sobrenaturais e poderes mágicos a esses objetos. Resíduos do passado também eram usados em cerimônias religiosas. Astecas faziam rituais nas ruínas de Teotihuacán que incluíam esculturas olmecas nos depósitos rituais de Tenochtitlán. Artefatos podiam ser tidos como relíquia de governantes ou de períodos de grandeza nacional. Coleções de antiguidades já eram comuns no Egito e Mesopotâmia antigos. Gregos e romanos preservavam relíquias do passado. Santa Helena, mãe do Imperador Constantino, ficou famosa por promover escavações que “encontraram” pedaços das cruz de Cristo e estes pedaços foram fragmentados e espalhados por várias igrejas da Europa desde a Baixa Antiguidade. Na Idade Média, a procura por relíquias de santos foi um dos motivos que levaram às Cruzadas.

Na Renascença, as mudanças econômicas e sociais aceleradas que marcaram o fim do feudalismo na Norte da Itália levaram os eruditos a tentar justificar inovações políticas demonstrando que tinham precedentes nos tempos antigos. Muitas cidades buscavam provar seu direito à independência e autonomia em relação aos soberanos e ao papa. Suas teses refletiam os interesses da nobreza e da burguesia urbana ao demonstrar que na Antiguidade havia a instituição das cidade-estados independentes de impérios (TRIGGER, 2004, p.20-35).

Houve um grande interesse pela cultura clássica. Os eruditos, procurando estruturar árvores genealógicas que favorecessem seus senhores, ou documentos que provassem a posse de um determinado território,



começaram a examinar documentos esquecidos e constataram a diferença entre passado e presente e perceberam que cada período tinha de ser entendido em seus próprios termos. Além da palavra escrita, também os objetos materiais sobreviventes do passado poderiam constituir importante fonte de informação sobre a civilização clássica. Exemplo disto são os escritos de Vitruvius sobre Arquitetura. Vários estudiosos renascentistas comparavam as descrições dos textos com os monumentos que ainda restavam em sua época para poder melhor entendê-los.

Embora dependente de fontes escritas, a História da Arte estendeu o estudo do passado à esfera do material. Obras de arte e monumentos arquitetônicos sobreviventes de períodos antigos podiam ser estudadas diretamente sem a necessidade de uma explicação textual. A decifração dos escritos e a caça aos tesouros abriam caminho para as descobertas científicas. A escavação de Pompeia se inicia como uma caça ao tesouro para prover ornamentos para o jardim do rei de Nápoles.

Os estudos clássicos também forneceram o modelo para o desenvolvimento da egiptologia e da assiriologia. Estas dependiam mais da Arqueologia que os estudos clássicos, pois no início ninguém podia entender as escritas desses povos. Tal fato trouxe à consciência o quanto os objetos resgatados são fundamentais como fonte de informação. Apesar de terem desenvolvido o método de datação relativa e de estudos estratigráficos, os antiquários não avançam por acreditarem que o modelo da Arqueologia clássica fosse o único possível e que o saber histórico só teria possibilidade de ser adquirido a partir de registros escritos e de tradições orais confiáveis. Isso explica, por exemplo, a corrida pela decifração da Pedra da Roseta.

O início do nacionalismo europeu fortaleceu o interesse pelos vestígios materiais do passado. Estudos de remanescentes físicos começaram a ser suplementares aos testemunhos escritos e a tradições orais, dando origem a uma nova tradição de antiquarismo. Alguns antiquários passaram a fazer coleções de curiosidades locais. Até então, as coleções de artefatos se compunham de relíquias eclesiásticas e de famílias nobres.

De início na Grã-Bretanha, estas pesquisas procuravam dar uma história digna ao colonialismo inglês e mostrar que a igreja da Inglaterra sempre fora de fato independente da igreja romana, dando uma procedência virtuosa à Igreja Anglicana, que não teria surgido apenas para satisfazer os caprichos de Henrique VIII, mas estaria resgatando uma independência primitiva. Até hoje, as pesquisas por uma colonização nórdica da América do Norte anterior às navegações ibéricas são movidas principalmente pelo orgulho nacionalista dos norte-americanos. A pesquisa antiquária desenvolveu-se na Escandinávia por conta da rivalidade política entre Suécia e Dinamarca. Foram incentivadas pelos reis como testemunhos de grandezas das suas nações. No século XVIII, houve também um desejo cada vez maior de mostrar os avanços culturais dos celtas reconhecidos como ancestrais dos franceses.

No Norte da Europa, porém, quase não havia documentos anteriores ao ano mil. O estudo dos remanescentes físicos começou a suplantar os testemunhos escritos e a tradição oral. Na Suécia foram editadas as primeiras leis nacionais para preservação dos monumentos em 1666 (TRIGGER, 2004, p.45-51). As antiguidades locais passaram a ser consideradas tão valiosas quanto as gregas e romanas.



ARQUEOLOGIA HISTÓRICO-CULTURAL (FORMALISTA)

A escola empírica do século XIX, baseada sobre o positivismo científico, sustentava que a tarefa básica dos arqueólogos era elaborar descrições detalhadas e precisas dos artefatos, abstendo-se de tirar conclusões históricas ou sociológicas prematuras. Somente absorvendo os métodos positivistas, a Arqueologia poderia ser considerada uma ciência pela academia (AUGUSTO, M.G.; SOLTYS, F.A, 2007, p. 13). Esta escola é chamada de “formalista”, pois estudava atentamente a morfologia dos artefatos e procurava ordená-los em sequências cronológicas.

Na Arqueologia, vem à luz a ideia de que, atendendo ao pretendido monismo metodológico, a explicação científica devia ter igual forma em qualquer ciência, especificamente a partir do exemplo do método de estudo das ciências físico-naturais. O reducionismo havia-se apoderado de parte das Ciências Sociais, para as quais o objetivo deveria ser descobrir generalizações e formular leis de comportamento, sendo a teoria geral de sistemas, em alguns casos, um meio para poder alcançá-lo (VILLAFÁÑEZ, 2011, p. 135-50).

Thomsen desenvolveu no século XIX o método de seriação como forma de datar artefatos sem apoio de registros escritos. Ele propôs a hoje clássica divisão da Pré-História em três idades: da Pedra, do Bronze e do Ferro a partir da análise de coleções de museus tendo criado o método da seriação. O desenvolvimento da Geologia nessa época desenvolveu os métodos de datação relativa permitindo estudos mais acurados do Paleolítico. Oscar Montelius desenvolveu o método de seriação de Thomsen e criou o método tipológico. Montelius, influenciado pelo Evolucionismo, achou tendências evolutivas para os artefatos (TRIGGER; 2004, p. 12).

Era possível pela seriação dizer se um artefato era mais antigo que outro, porém sem uma datação absoluta era impossível dizer se o ítem encontrado era dez, cem ou mil anos mais velho que o anterior em sua série. Como a datação através da Bíblia colocasse a origem da humanidade havia apenas seis mil anos, era de se esperar que a evolução dos objetos tivesse sido rápida. Foi preciso muito tempo para que os arqueólogos comesçassem a desconfiar que a humanidade era muito mais antiga do que se pensava. Peter Lund, trabalhando no Brasil, ajudou a lançar dúvidas sobre a teoria do dilúvio bíblico e, entre outros, ajudou a levar as origens da humanidade para tempos muito remotos, como pretendido pela teoria de Darwin (FARIA, 2008, p.139-56).

Os objetos podiam ser descritos assim como sua evolução e a correlação dos artefatos entre si, porém não se vislumbrava como relacionar os artefatos com os homens que os produziram senão ligando as peças encontradas com povos anteriormente descritos por algum historiador ou cronista antigo. Percebeu-se então que muitos artefatos pertenceriam a povos cuja existência não se suspeitava antes e que só haviam deixado restos materiais.



No final do século XIX aparece o conceito de *cultura arqueológica*, que era entendida como o “conjunto de material pré-histórico circunscrito” no tempo e no espaço servindo primeiro no contexto do Neolítico europeu. A percepção histórico-cultural resultou em significativo aperfeiçoamento do método arqueológico no tocante à seriação, estratigrafia e classificação, quando os arqueólogos tornavam-se mais interessados em questões históricas que evolutivas, perceberam o valor do controle rígido de variação cronológica e cultural (TRIGGER, 2004, p. 157-90).

As navegações levaram o europeu a conhecer povos que não conheciam a metalurgia. Isso os levou a imaginar se os instrumentos líticos encontrados na Europa seriam de confecção humana levando ao primeiro abalo da convicção a cerca da historicidade da narrativa dos primeiros capítulos da Bíblia sobre a metalurgia existir desde os tempos de Caim (TRIGGER, 2004, p. 51-52). As sociedades não-europeias eram vistas como estáticas e representantes de estágios atrasados de civilização pelos quais a sociedade europeia já tinha passado. Ainda hoje, a ideia de que as sociedades indígenas vivem na “idade da pedra” como viviam seus ancestrais antes do contato com o homem branco é muito popular. Para um ocidental, evolução implica, necessariamente, em evolução tecnológica.

Ao sustentar que as culturas modernas, enfileiradas desde a mais simples à mais complexa, recapitulavam a sequência através da qual as sociedades europeias tinham evoluído, o evolucionismo negava haver qualquer coisa de novo a ser descoberto a partir do registro arqueológico. O principal valor da Arqueologia residia em confirmar que a evolução acontecera de fato. Na medida em que os dados arqueólogos na forma de artefatos diagnósticos podiam revelar o grau de desenvolvimento que uma cultura tinha atingido, os dados etnográficos relativos a sociedades contemporâneas em igual estágio eram capazes de suprir tudo que se precisava saber a respeito da vida associada à cultura. Essas analogias provocavam um reviver do antiquarismo, na medida em que elas faziam a Arqueologia recuar a uma situação na qual os artefatos apenas ilustravam o passado (TRIGGER, 2004, p. 142).

Os alemães levaram tal conceito ao extremo na primeira parte do século XX. Gustaf Kossina propôs que as culturas são reflexos da etnicidade e que similaridades e diferenças de ordem material correspondem a semelhanças e diferenças de ordem étnica. Kossina acreditava que a continuidade cultural indicava necessariamente continuidade étnica. Afirmava que a distribuição de tipos de artefatos determinava onde grupos étnicos tinham vivido em diferentes períodos (Arqueologia dos assentamentos). Kossina prestava pouca atenção a testemunhos arqueólogos do tipo casas e tumbas, mas baseava suas interpretações em artefatos (TRIGGER; 2004, p. 159-62). A falha em provar a correlação entre culturas pré-históricas e culturas etnográficas de modo unilinear levou a um impasse (TRIGGER, 2004, p.141-43).

A partir da década de 1920, Vladislav Ravdonikas cria a noção de “cultura material”, reforçando os elos entre cultura e História. Houve uma demanda por formação profissional, melhoria técnica e incremento da qualidade dos trabalhos. Os arqueólogos deixam de ser vistos como diletantes sustentados por mecenas ricos e passam a ser vistos como pesquisadores profissionais que deveriam ser financiados pelo Estado. Na União Soviética surge, pela primeira vez, a ideia de que não somente os monumentos como túmulos,



castelos e muralhas teriam valor arqueológico, mas também as cabanas dos camponeses, as oficinas dos artesãos e demais testemunhos da vida cotidiana, deste modo os arqueólogos soviéticos foram pioneiros no desenvolvimento da Arqueologia dos assentamentos e na explicação social dos dados arqueológicos (TRIGGER, 2004, p. 210-35).

O paradigma histórico-cultural explorou técnicas para identificar, classificar e interpretar a cultura material, suas rotinas estabelecidas em laboratório acabaram por constituir o núcleo da prática arqueológica: desde a identificação da matéria-prima, sua origem e propriedades; do modo como são produzidos os artefatos; da sua função e dos usos a que eles foram submetidos, à análise dos seus atributos físicos, design e estilo, sua ordenação em tipologias, datações e seriações. Os resultados são direcionados para a construção de categorias espaçotemporais, como fases e tradições, e para a atribuição dos achados a grupos específicos.

Esta escola determinou que a mínima unidade básica para definir a interseção entre a dimensão espacial de um horizonte arqueológico e a continuidade temporal de uma tradição é uma “fase”. Uma fase, em sua forma mais básica, representa a expressão regional de vários componentes de ocupação.

As sistemáticas de tempo e espaço viam o espaço cultural como algo limitado geograficamente e entendiam o tempo como uma progressão linear. As análises de fase, e os marcos analíticos espaço-temporais similares, realçam as similitudes culturais materiais dos grupos, e tendem a homogeneizar os restos para formar assinaturas culturais.

As análises de fase e tradição, porém, não são boas para dar conta dos fenômenos culturais sincrônicos, cujo modelamento está condicionado por processos contingentes, baseados no contraste entre percepções culturais, ações e relações. Embora bem sucedida por quase um século, esta escola não conseguiu perceber a circularidade em que caiu, ao produzir mais informações do que conhecimentos (LIMA, 2011, p. 11-23).

O PROCESSUALISMO

O enfoque histórico-cultural mostrou-se incapaz de explicar como as culturas funcionavam. Autores como Gordon Childe passaram a negar que o conceito de etnicidade fosse central nos estudos arqueológicos. Adotou-se um novo enfoque para o estudo da Pré-História, baseada na compreensão sistêmica do comportamento humana. Esse enfoque foi estimulado pela tradição ecológica da Arqueologia escandinava, pelo exemplo da Arqueologia soviética e pela rejeição do difusionismo por parte dos etnólogos ocidentais.

Os arqueólogos passam a defender a ideia da mudança cultural como endógena, considerando que esta só se produzirá se resultar adaptativa e benéfica para o sistema e se cumprir uma função positiva que contribua para aumentar sua coerência e estabilidade. Pela ideia de que a função predomina sobre a forma e o processo sobre o resultado se denominam “funcionalistas” ou “processualistas”.



O funcionalismo refletia a Antropologia de Malinowski e Radcliffe-Brown, que sustentavam que o comportamento humano está em relação com os sistemas sociais concebidos como compostos de elementos interdependentes.

No funcionalismo há um interesse pelo modo como os artefatos eram manufaturados e pelo uso que lhes fora dado. Os artefatos são descritos e analisados com base em uma série de características funcionais, seus tipos são observados do ponto de vista estruturalista como um conjunto de traços, porém, em vez de concentrar-se nos artefatos, o foco de interesse dirigiu-se para formas características, padrões de habitação e plantas de aldeamentos, assumindo a distribuição dos artefatos um novo significado. O estudo do artefato deixa de ser um fim em si mesmo, busca-se, a partir deles, reconstruir o modo de vida dos seus usuários. Isso aproximou a Arqueologia da Etnologia (TRIGGER, 2004, p. 262-5).

Metodologicamente, a escola de Binford sustenta que o desafio da interpretação arqueológica é compreender o material “distorcido” como uma parte significativa do registro arqueológico. Os arqueólogos não podem purgar o registro arqueológico dos processos deletérios que condicionam a sua formação e não podem reconstruir o sistema cultural em sua inteireza. Muitos processos culturais são tão complexos que a eliminação das influências geradoras de distorção não é capaz de produzir uma interpretação completa do registro arqueológico. À medida que a crença no neoevolucionismo diminui e a diversidade do comportamento humano é aceita, essa limitação tende a ser reconhecida como inerente aos dados e não como uma fraqueza metodológica (TRIGGER, 2004, p. 351).

Depois da Segunda Guerra Mundial, nasce nos EUA o neo-evolucionismo, que propunha que os humanos sempre tentavam preservar um estilo de vida familiar, a menos que uma mudança lhes fosse imposta pelas circunstâncias. Os arqueólogos propuseram “leis” para a evolução social, no geral, embora não pudessem ser usadas para inferir traços peculiares. A teoria sugeria que qualquer arqueólogo apto a reconstruir a tecnologia e o ambiente de uma cultura pré-histórica deveria ser capaz de determinar quais seriam as características básicas do resto dessa cultura (TRIGGER, 2004, p. 281-3).

Neste contexto, inspirada na Nova Geografia, nasce a Nova Arqueologia. Ambas postulavam um rigor científico que deveria começar pela explicitação da teoria e do método.

Em 1959, Joseph Caldwell publicou na revista *Science* um artigo em que indicou as principais tendências a que ele deu o nome de Nova Arqueologia: a importância da Ecologia e dos padrões de assentamento, a visão da cultura arqueológica como um sistema integrado e a redutibilidade das situações históricas a um número finito de processos gerais. O objetivo básico dos arqueólogos deveria ser explicar as mudanças das culturas arqueológicas em termos de processo cultural. Os processualistas se viam como rompendo com os funcionalistas a quem chamavam “arqueólogos tradicionais” (CALDWELL, 1959, p. 303-ss).

A Nova Arqueologia se divulgou no início nos anos 60 nos EUA, sendo seu expoente Lewis R. Binford. Dizia ela que, para se compreender o passado, não é suficiente desenterrar artefatos de eras passada e escrever uma História intuitiva baseada nas impressões subjetivas dela. A preocupação da Arqueologia deveria ser



o estudo do processo de cultura e suas modificações. A Arqueologia teria que questionar com consistência qual é a explicação para todas as diferenças, toda a variação que vemos no registro arqueológico. A Nova Arqueologia orienta-se em direção a um esforço para desenvolvermos argumentos sólidos que permitam interpretar os dados relativos aos aspectos sociais, ao regime alimentar, à tecnologia etc.

A Nova Arqueologia negava que os motivos da mudança cultural fossem internos ao sistema ou que as mudanças poderiam ser atribuídas à vontade humana, porém não conseguiu chegar ao motivo das mudanças sociais que eram meras reações aos acontecimentos. O processualismo também não dava a devida importância ao contato e à competição entre as sociedades, encarando cada grupo como uma realidade isolada tentando se adaptar ao ambiente (TRIGGER, 2004, p. 322).

A maioria dos investigadores processuais usa a Teoria Geral de Sistemas como base de muitas de suas explicações, como revela o seu vocabulário. Termos como “sistema”, “parâmetros do sistema”, “trajetória”, “retroalimentação positiva ou negativa”, “fluxo de energia, de informação”, “entropia”, “homeostase”, “morfogênese” etc., constituem boa parte do léxico de suas publicações, enquanto a unidade política ou a região e sua população são vistos como sistemas em que a mudança se produz como uma resposta homeostática ao câmbio exógeno ou endógeno. Ou em outras palavras, toda sociedade tenderia a permanecer em equilíbrio até que uma perturbação externa, como uma mudança climática, a obrigasse a mudar.

Um grupo que caçava mamutes, por exemplo, teve de se modificar quando estes se extinguiram, e teve que passar a caçar bisões. Este câmbio exógeno (de fora) gerou uma mudança interna, pois as lanças tiveram de ser modificadas, os campos de caça se deslocaram, a forma de conservar o alimento mudou. Se houvesse, por exemplo, um sacerdote que invocasse o espírito dos mamutes, ele teria perdido sua função. Talvez surgisse um novo xamã para invocar o espírito do bisão, ou então fosse considerado desnecessário apelar para a magia para se caçar este animal. Isso geraria uma “retroalimentação” ocasionando novas mudanças agora endógenas: novas lanças exigiriam outros tipos de madeira para serem feitas, isto exigiria que se fosse a novas regiões, etc.

Como Arqueologia deveria ser uma fonte de conhecimento que permitisse reconstituir a História de povos que não deixam traços por meio de escrita (CARVALHO, 2003, p.17), a Arqueologia histórica praticamente não interessa à Nova Arqueologia. Esta teoria também atribuía à Arqueologia o papel de explicar o espectro de semelhanças e diferenças no comportamento cultural em termos de longa duração (TRIGGER, 2004, p. 287). Isto implica que períodos “curtos” de tempo, como de anos ou mesmo séculos, estudados pela História não teriam interesse para o arqueólogo. Fatos isolados, como batalhas e sucessões reais, só teriam importância se ajudassem a constituir um quadro mais amplo de como as sociedades funcionam.

A Nova Arqueologia acreditava que necessitava de grande quantidade de dados, provindos de diferentes sociedades, para criar uma teoria geral da mudança social. Sendo a Arqueologia uma ciência comparativa, dever-se-ia considerar, na criação e organização de museus e das coleções procedentes da pesquisa, o imperativo de facilitar o trabalho de comparação (CARTA DE NOVA DELHI; 2005, p. 69). Há mais diversidade nas culturas pré-históricas do que se pode explicar por esquemas evolucionistas gerais. Sociedades atuais



com mesmo modo de produção e consideradas em igual estágio de desenvolvimento são diferentes quanto à sua forma de se organizar. Alguns comportamentos podem não ser assinalados pelo registro arqueológico. Abandonou-se a ideia de que as sociedades ou culturas são unidades cerradas possíveis de serem estudadas de modo independente umas das outras. A difusão só tem possibilidade de ser entendida em termos sistêmicos em um contexto político e econômico mais amplo (TRIGGER, 2004, p. 320-328).

No Brasil, depois de um início abortado no séc. XIX com Peter Wilhelm Lund, precisou-se esperar até a segunda metade do séc. XX para que a Arqueologia se implantasse no país, dentro do pensamento funcionalista e sob a orientação de pesquisadores franceses e norte-americanos. No final dos anos 1960, surge o Projeto Nacional de Pesquisa arqueológica (PRONAPA), orientado por Betty Meggers e Clifford Evans, que procurou montar um quadro preliminar da Pré-História dos estados do litoral, a partir de prospecções e sondagens rápidas. Desse trabalho nasceram as principais tradições ceramistas até hoje reconhecidas. Os seguidores do PRONAPA procuravam, por meio de análise dos restos cerâmicos, evidências da dispersão, ao longo dos eixos fluviais, de grupos pré-históricos distinguidos por sua cultura material. Trabalhavam, dentro da linha do determinismo ecológico norte-americano, com a ideia de que o ambiente determina o grau de complexidade das sociedades que nele evoluíram. Outra pesquisa, de linha francesa, estudava os vestígios de populações antigas a partir de escavações em sítios escolhidos e davam atenção à arte rupestre. A partir de 1980 houve uma abertura para novas influências, em particular as vindas da Arqueologia processual anglo-saxônica, que pretendia ter alcançando maior cientificidade na Arqueologia procurando leis permanentes que regessem as sociedades e suas relações com o meio (PROUS, 2006, p. 12).

O PÓS-PROCESSUALISMO

Na década de 1960, houve uma crítica aos pressupostos neo-evolucionistas do processualismo, o qual levava a um afrouxamento da metodologia em nome da extrapolação. O processualismo começa a ser questionado, junto com o estruturalismo e o materialismo cultural. Renfrew usou a teoria matemática da catástrofe para explicar as mudanças no registro arqueológico. Esta teoria mostra como uma série de variáveis flutuantes podem produzir efeitos descontínuos (RENFREW; KENNETH, 1979). As circunstâncias naturais passam a serem vistas como condicionantes, mas não determinantes da situação social.

Novas abordagens defendem uma visão centrada no ser humano e não nos fenômenos sociais. Há uma forte influência da análise do discurso sobre a Arqueologia, a teoria pós-processualista tem assimilado a paisagem a um texto. Rituais e monumentos funerários passam a ser encarados como “discursos” (ZARANKIN; SALERNO, 2007). Por meio de “discursos materiais”, os indivíduos falam sobre si mesmos, sobre sua visão de mundo, sobre seus tabus. Como a linguagem, a cultura material passa a ser vista como um sistema estruturado de signos, de modo que ela pode ser considerada como um texto. Em tal analogia, os “textos” materiais devem ser lidos e sua sintaxe desvendada. Cada pessoa lê os textos de maneira diferente, assim



também a cultura material está aberta a múltiplas interpretações. (LIMA, 2011, p. 11-23).

Para os arqueólogos processualistas, o objetivo da Arqueologia era explicar o registro arqueológico. Os pós-processualistas afirmaram que o objetivo da Arqueologia é a relação entre comportamento humano e a cultura material em todos os tempos e lugares, que os processualistas restringiam à Arqueologia histórica (TRIGGER, 2004, p. 360-361). Já para o pós-processualismo, a cultura material não tem significados inerentes, pois os artefatos não falam por si mesmos, mas os arqueólogos lhes conferem o significado. Não há “reconstruções”, mas construções do passado influenciadas por agendas políticas contemporâneas. Na transmissão e reprodução do significado cultural, os símbolos são agentes ativos. Eles ordenam a vida social, recriando-a de modo contínuo, esta é uma dimensão da cultura material a não poder ser ignorada. Esses significados derivam da sua produção, do seu uso e da sua percepção pelos outros; são fluidos, variam de acordo com contextos particulares.

Para Gaspar Neto (2006, p. 17), a oposição aos ideais positivistas de ciência e à separação entre teor e dados é inerente ao pós-processualismo, pois a interpretação arqueológica seria hermenêutica, dando-se maior ênfase aos sentidos dos objetos. Há uma oposição à dicotomia entre dimensão material e ideal, buscando-se valores e pensamentos do passado através dos objetos. A cultura material é encarada como um texto admitindo diferentes interpretações, por isso, dá-se prioridade ao contexto. Ganha maior relevância a ação individual, colocando por terra a ideia processualista de ser o indivíduo um mero agente passivo do entorno social. Assim, o pós-processualismo contesta a pretensão positivista da neutralidade científica. Há o reconhecimento de não haver um caráter científico no trabalho arqueológico e os significados produzidos por seus profissionais se situam dentro de um contexto político. Seguindo estas premissas, aparecem inúmeras correntes, algumas complementares, algumas contraditórias entre si.

Nem todos os postulados indicados pelo autor são adotados por todas as correntes pós-processualistas. Principalmente a questão de abandonar qualquer pretensão científica não é abraçada por todas as correntes. O marxismo, por exemplo, por ter uma visão de ciência diferente da visão positivista, continua dando bases para uma ciência arqueológica para os seus adeptos.

Dentro do mundo latino-americano se desenvolveu uma aplicação dos princípios marxistas ao estudo denominado “Arqueologia social latino-americana”. Constitui uma tendência singular pelas questões levantadas e também pelo compromisso social implicado pela sua opção, dadas as particulares circunstâncias sociais daquela situação. As especiais características do mundo latino-americano, com uma população indígena sem acesso ao poder e cujos antepassados construíram os monumentos e estruturas que agora constituem o objeto de estudo do arqueólogo, dota o mundo latino-americano de algumas especiais condições de conflito que afetam até o próprio trabalho do investigador, o qual pode converter-se em instrumento de luta.

Ainda no campo do marxismo, abandonando qualquer do chamado “materialismo vulgar” e qualquer ponto de conexão com a Nova Arqueologia e a Arqueologia Processual, está a Arqueologia Contextual liderada pelo britânico E. Hodder, porém o termo acolhe também a outros enfoques divididos em duas tendências: os enfoques marxistas da Teoria Crítica e o “neomarxismo” e as abordagens estruturalistas da Arqueologia



Estrutural, a Arqueologia Cognitiva e a Arqueologia Contextual, assim como a Arqueologia Interpretativa (GONZALO, 2017, p. 19-26). A Arqueologia Contextual pós-processualista rejeitou a validade da distinção entre o específico e o genérico, realçando o interesse por cosmologias, tradições astronômicas, estilos de arte e crenças religiosas deixados de lado pelo processualismo (TRIGGER; 2004, p. 340).

Por sua vez, no campo teórico do neopositivismo, incorporando contribuições do historicoculturalismo e do processualismo, a Arqueologia Seleccionista foi construída assumindo, como suas questões centrais, a variação, a hereditariedade e a seleção, entendendo que a evolução pode ocorrer como resultado de seleção natural, de transformações de natureza adaptativa; de deriva genética, no caso, mudanças aleatórias na frequência de traços resultantes dos caprichos da transmissão; ou de ambos.

Se evolução e adaptação constituem o cerne da Arqueologia darwiniana e igual ocorre no processualismo, poderia ser cogitada uma identidade programática entre ambos. São questões abordadas de forma diferente na Antropologia e na Biologia Evolutiva. Se o evolucionismo cultural entendeu evolução como progresso, a teoria darwiniana a concebe como processo de transformação, como qualquer mudança direcional ou qualquer mudança cumulativa nas características dos organismos ou populações por muitas gerações, incluindo a origem e a dispersão de traços. As características extrassomáticas estariam tão sujeitas aos processos evolutivos quanto as somáticas. Quando os artefatos são colocados na ordem cronológica adequada ficaria demonstrado que eles compõem uma linhagem histórica, a teoria evolutiva é, para os darwinianos, aquela que melhor explana o motivo de eles assumirem certa forma. Nessa ordenação, o conhecido método de seriação se revestiu de um interesse especial e vem sendo explorado por eles. Linhagens de artefatos estariam relacionadas às linhagens de seres humanos responsáveis pela sua produção, e a teoria evolutiva volta-se para a sua reconstrução e para a explanação das razões pelas quais elas assumiram certas formas, sendo entendida como a ferramenta mais adequada para esta finalidade (LIMA, 2011, p. 11-23).

Os pós-processualismos são vários, como se vê. Nenhum deles chegou ainda a ocupar o papel paradigmático que teve a Nova Arqueologia. Hoje, os trabalhos são teoricamente ecléticos, raramente se esforçando para atingir uma ortodoxia que atinja todo o corpo da disciplina. Pode-se dizer que a crise dos paradigmas que atingiu as ciências humanas no fim do século XX ainda não foi devidamente resolvido pelos arqueólogos.

CONCLUSÃO

Observamos que a análise das principais abordagens teórico-metodológicas em arqueologia, apresentadas oferece uma compreensão abrangente das evoluções no estudo da cultura material ao longo do tempo, principalmente no Brasil. Ao resumir os pressupostos fundamentais de cada escola, identificamos padrões e mudanças nas perspectivas teóricas e metodológicas que moldaram o campo arqueológico.



Essa abordagem sequencial proporciona *insights* valiosos sobre a complexidade e a diversidade das teorias arqueológicas, destacando não só a contínua busca por métodos mais refinados e compreensões mais profundas sobre o passado humano, mas também as mudanças de perspectivas causadas na teoria científica pelas mudanças históricas e políticas da sociedade.

REFERÊNCIAS

- AUGUSTO, M.G.; SOLTYS, F.A. “Petrie e a cientificação da arqueologia”. In: 3º Congresso Internacional da SAB. XIV Congresso da SAB. III Encontro do IPHAN e arqueólogos. Resumos. Florianópolis, 2007.
- CALDWELL, Joseph R. “The New American Archeology”. In: Science 06 Feb 1959: Vol. 129, p. 303 ss.
- CARTA DE NOVA DELHI de 1956. In: BASTOS, Rossano Lopes; Souza, Marise Campos de; GALO, Haroldo. *Normas e Gerenciamento do patrimônio arqueológico*. São Paulo: IPHAN, 2005. p. 69.
- CARVALHO, Fernando Lins de. *A pré-história sergipana*. Aracaju: Universidade Federal de Sergipe, 2003.
- FARIA, Frederico Felipe de Almeida. “Peter Lund (1801-1880) e o questionamento do catastrofismo”. *Filosofia e História da Biologia*, v. 3, p. 139-156, 2008.
- GASPAR NETO, Verlan Valle. “Por uma arqueologia pública consciente”. In: OLIVEIRA, Ana Paula de Paula Loures. *Arqueologia e patrimônio da Zona da Mata Mineira: Juiz de Fora*. Juiz de Fora: Editar, 2006.
- LIMA, Tania Andrade. “Cultura material: a dimensão concreta das relações sociais Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi”. In: *Ciências Humanas*, v. 6, n. 1, p. 11-23, jan.-abr. 2011.
- PROUS, André. “Preto no Branco”. In: OLIVEIRA, Ana Paula de Paula Loures (org.). “Arqueologia e patrimônio da Zona da Mata Mineira: Juiz de Fora”. Juiz de Fora: Editar, 2006.
- RENFREW, A.C.; KENNETH L. Cooke. *Transformations: Mathematical Approaches to Culture Change*. New York: Academic Press, 1979.
- TRIGGER, Bruce G. *História do Pensamento Arqueológico*. São Paulo: Odysseus, 2004.
- VILLAFANEZ, Emilio Alejandro. “Entre la geografía y la arqueología: el espacio como objeto y representación” In: *Revista de Geografía Norte Grande*, 50: 135-150. 2011.
- ZARANKIN, Andres ; SALERNO, Melisa . El Sur por el Sur; Una revision sobre la historia y el desarrollo de la arqueologia historica meridional. Vestígios. *Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica* , v. 1, p. 17-47, 2007.